

Seis idéias falsas sobre a globalização

*Carlos M. Vilas**

I. INTRODUÇÃO

A globalização foi introduzida na fala cotidiana de amplos setores da população. Mesmo em se tratando de um fenômeno complexo cujo conhecimento está muito longe de ter-se esgotado, na América Latina parece predominar a concepção de que a globalização é algo extraordinariamente poderoso, que obriga os países da região e sua gente a assimilá-la de um modo que não lhes deixa alternativas. Identificada usualmente com relação à emancipação das ataduras e inflexibilidades do passado, parece implicar ao mesmo tempo na redução drástica da margem de opções públicas: há coisas que já não se podem fazer, e outras que é inevitável fazer, pela globalização.

Este discurso, eufórico e determinista, baseia-se em um conjunto reduzido de proposições simples que se assumem como verdades autoevidentes; o questionamento das mesmas é considerado a melhor prova da ignorância, estupidez, inclusive, de quem expõe suas dúvidas.

Delineadas de maneira muito resumida, essas proposições são as seguintes:

- 1) A globalização é um fenômeno novo;

* Professor da Universidade Nacional Autônoma do México.

- 2) Trata-se de um processo homogêneo;
- 3) É, do mesmo modo, um processo homogeneizador: graças à globalização, todos seremos, antes ou depois, iguais e, em particular, os latino-americanos serão iguais em desenvolvimento, cultura e bem-estar aos nossos vizinhos do Norte e da Europa;
- 4) A globalização conduz ao progresso e ao bem-estar universal;
- 5) A globalização da economia conduz à globalização da democracia;
- 6) A globalização conduz à desapareção progressiva do estado, ou ao menos uma perda de importância do mesmo.

No conjunto, essas proposições constituem o núcleo do que podemos chamar a **ideologia da globalização**. Trata-se de uma ideologia conservadora que encobre a realidade para inibir a vontade de transformá-la. Como toda ideologia conservadora, enfoca seletivamente o mundo de acordo com uma dada configuração de poder, a qual trata de preservar e consolidar. Apresenta-se assim como uma necessária e inevitável configuração contingente da realidade, e como produto da dinâmica imanente da técnica, o que é na realidade produto de decisões particulares em função de objetivos e interesses específicos. A dinâmica egoísta do mercado e a busca do lucro pecuniário acima de qualquer outra consideração são exaltadas como a realização da razão e do progresso, postulando como um avanço em direção à modernidade, e inclusive para a "pós-modernidade", o que em muitos aspectos é um regresso às modalidades mais perversas e depredadoras do capitalismo do século XIX.

O enunciado desta ideologia está acompanhado usualmente por referências ambíguas e confusas ao fim do século e à iminência de nosso ingresso no terceiro milênio. O entusiasmo destas alusões contribui adicionalmente para confundir o público desprevenido; o medo de se perder a oportunidade de entrar pela porta da frente da globalização a outros mil anos de história é demasiado forte inclusive para se colocar a pensar que nenhum de nós estará vivo no final do próximo século para contrastar,

com o benefício da experiência, a plausibilidade das proposições que se enunciam em nome das próximas cem décadas.

Felizmente não será necessário esperar tanto. As afirmações que integram esta ideologia conservadora não se encontram garantidas nem pela história nem pela observação do presente; ao contrário, quando se as contrasta com a realidade a maioria delas se apresenta desvirtuada, ou pelo menos tão fortemente reduzidas que perdem toda validade. Dito claramente: **estas proposições estão equivocadas**. A globalização é um processo, ou melhor ainda, um conjunto de processos, que vêm desenvolvendo-se com acelerações e desacelerações ao longo dos últimos cinco séculos. Estes processos possuem dinâmicas e ritmos desiguais, e seu efeito conjunto é profundamente diferenciador tanto dentro dos espaços econômicos nacionais e regionais, como entre as regiões do mundo. Conhecidas certas condições ligadas a um conjunto amplo de fatores sócio-econômicos, culturais e políticos, a globalização pode redundar em oportunidades de maior bem-estar social, progresso técnico e desenvolvimento econômico, mas em outras condições pode gerar efeitos exatamente opostos e verdadeiras catástrofes.

Normalmente uns e outros efeitos estão, e seguem estando, estreitamente relacionados. A globalização é uma dimensão do processo multissecular de expansão do capitalismo desde suas origens mercantis em algumas cidades da Europa nos séculos XIV e XV. Como tal, é parte integrante de um modo de organização econômica e social profundamente desigualador, baseado na exploração dos seres humanos e na depredação da natureza: um modo de organização social e econômica que associa o progresso de alguns com as desventuras de muitos; o êxito com o desalento; a abundância com o empobrecimento. O debate em torno da etapa presente do desenvolvimento da globalização deve conduzir-se ao fim, no entanto, no marco da etapa contemporânea do desenvolvimento do capitalismo.

Uma das características mais destacadas do enfoque eufórico e leviano da globalização é sua **a-historicidade**. A globali-

zação como processo e a globalização como fim são apresentadas como uma espécie de gigantesca e indefinida névoa que o envolve de maneira inelutável e irreversível e encontra em si mesma a fonte e a razão de sua dinâmica: seu verdadeiro fim. A atitude não é nova e bem mais parece ser um traço recorrente em alguns âmbitos intelectuais, sempre dispostos ao consumo indiscriminado e irrefletido das ofertas da moda. O perigo desta propensão é conhecido. Há quinhentos anos a fascinação pela novidade das imagens e as quantidades de disfarces não causou poucas atribulações aos hospitaleiros americanos; entusiasmados pelos brilhos e pelos reflexos, não se perguntaram que atrás viriam os arcabuzes. Nem a ignorância nem a ingenuidade, as que usualmente se lança mão para explicar o engano de então, podem ser invocadas honestamente em benefício de quem hoje comemora igualmente a ligeira fascinação diante das últimas novidades da modernidade financeira.

Outra característica da ideologia conservadora da globalização é sua confusão entre metáforas e realidades. O recurso à metáfora para dissimular os aspectos da realidade que questionam a legitimidade da dominação da elites é velho; sem ir mais longe, recordemos as figuras retóricas do "contrato" e da "mão invisível", nos inícios da civilização burguesa, para encobrir as lutas sociais e os profundos conflitos sobre os quais o estado e o mercado se apoiavam. A globalização costuma ser apresentada, por exemplo, como uma nova versão do "trem da história" ao qual devemos tomar, pois do contrário permaneceremos abaixo para sempre vendo como nos escapa o progresso.

A discussão que segue se completa a partir de uma perspectiva que tem como referente principal a América Latina. O modo como a ideologia conservadora da globalização mistifica as situações e processos de outras áreas do mundo está, por limitações próprias do autor, fora dos alcances deste documento. Conhecido que a globalização é antes todo um processo econômico e político, a discussão presta particular atenção a estas dimensões.

CONTESTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

1. PRIMEIRA IDÉIA FALSA:

A globalização é algo novo.

A idéia demonstra pouco conhecimento da história econômica, inclusive da história econômica do capitalismo. Contrariamente ao que a idéia afirma, **a globalização é um processo de desenvolvimento multissecular**. Origina-se na Europa a partir dos séculos XV e XVI, como dimensão particularmente dinâmica do capitalismo e como efeito de sua vocação expansiva (Sée 1926; Polany 1944; Wallerstein 1974; Hobsbawm 1975; Braudel 1979; Arrighi 1994; Ferrer 1996; etc). Assinala-se com acerto que as economias e mercados pré-capitalistas apresentaram fortes tendências de dinamismo comercial, questão que permitiu a Frank (1990), por exemplo, estabelecer a tese de um início muito anterior dos processos de globalização. É inquestionável entretanto que os desenvolvimentos técnicos em algumas cidades européias (técnicas de navegação e de orientação por exemplo) e sua aplicação ao comércio, deram à globalização capitalista um impulso e alcances sem paralelos, que havia de permitir-lhe projetar-se sobre os espaços ocupados pelas modalidades prévias ou não européias, de expansão. Em particular, a incorporação da América à economia européia e a conseqüente formação de uma "economia atlântica", constituiu um ponto de inflexão de relevância inquestionável (Hamilton 1948; Davis 1973).

Estamos falando de um processo que se estende pelo menos durante 500 anos. A globalização é um processo ligado intimamente ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção intrinsecamente expansivo em relação a territórios, populações, recursos e processos e experiências culturais. No século XVI a dinâmica expansiva do capitalismo europeu, associada ao novo espírito intelectual e político da época, impulsionou a

abertura de novas fronteiras para os processos metropolitanos de acumulação. O desenvolvimento da ciência e sua aplicação à produção favoreceu à conquista de novas fontes de matérias primas e de produtos de consumo luxuoso, assim como a implantação política em territórios cujas populações foram incorporadas a esta primeira onda de globalização pela via da submissão colonial e da mudança cultural. Em um típico esquema de intercâmbio desigual, seus recursos e suas vidas passaram a ser parte da economia, da política e da cultura centradas na Europa, e estas entraram em dependência dos recursos das áreas coloniais. A primeira revolução industrial em fins do século XVIII dotou de renovado dinamismo este processo; a produção massiva de minerais, recursos florestais e alimentos se converteram em uma das peças centrais do capitalismo europeu. No último terço do século XIX a chamada segunda revolução industrial (o desenvolvimento de novos meios de transporte terrestre e naval, a aplicação da energia elétrica e da produção industrial, as novas técnicas de conservação de alimentos, entre outros) estimulou massivos deslocamentos de população excedente da Europa em direção à América e à Oceania. Aos fluxos de capital e do comércio se somaram as grandes correntes de população.

Inclusive, a "globalização" atual dos consumos associada à difusão internacional de franquias comerciais, ressenete-se do impacto e da projeção que teve a globalização desencadeada a partir do século XVI com o acesso pela Europa de uma enorme variedade de produtos originários do mundo colonial: café, cacau, batatas, tomates, bananas, arroz, cana-de-açúcar, entre outros. Que fariam os italianos sem o tomate para condimentar seus spaghetti, ou os centro-europeus se não pudessem acompanhar com batatas o goulash? E que fariam os argentinos sem os nossos churrascos, os cubanos se não pudessem saturar de açúcar seus "biscoitos" de café; ou os mexicanos sem creme de leite para seus "chilaquiles" ou para as populares "enchiladas suizas"?

A forma correta de enfocar a globalização é partindo da evidência da extraordinária mobilidade do capital, de sua tremen-

da força expansiva quando se o abandona a seu próprio dinamismo. Essa expansão combina a dimensão local com a projeção global. Os períodos de aparente estabilidade transnacional do capital são também períodos de expansão do capital nos espaços nacionais; após o qual volta a levantar vôo internacional. O período 1930 - 1970 de "nacionalização" do capitalismo foi também uma época de extraordinário desenvolvimento de suas forças produtivas, e de conversão dos amplos segmentos de recursos naturais, população e espaços físicos, em mercadorias. A mobilidade transnacional não desapareceu, mas resulta em um ingrediente de relevância secundária quando se a compara com a magnitude deste processo de expansão capitalista em escalas nacionais.

A alternância entre estes períodos de mobilidade transnacional e de desenvolvimento nacional envolve a metamorfose do capital. Para expandir suas raízes dentro de fronteiras nacionais, o capital deve assumir antes de tudo a forma de capital produtivo e comercial; os agentes financeiros assumem um papel complementar. Ao contrário, para poder mover-se de um mercado a outro em escala global, o capital deve liquidar-se e assumir a forma de agentes financeiros: assim ocorreu no período 1870 - 1914, e assim volta a ocorrer em nossos dias. Com o benefício que outorga uma perspectiva de longo prazo, é possível afirmar que estes períodos de vertiginosa expansão transnacional e de apresentação como capital financeiro constituem a norma do capital. Recorde-se que Braudel se referiu à produção como "o terreno alheio" do capitalismo, por contraste com a esfera da circulação, que seria seu terreno próprio.

A idéia da novidade contemporânea da globalização parte de uma contraposição banal a-histórica entre o dinamismo presente e a aparente falta de movimento da economia mundial no período anterior. Ao contrário de Francis Fukuyama, que estabeleceu que a história acabou, a ideologia da globalização afirma que, finalmente! a história se pôs em movimento. Deve reconhecer-se no entanto, à luz da longa história do capitalismo, que esses momentos de relativa estabilização são atípicos, como também

são atípicos os longos períodos de crescimento sustentado como o que teve lugar entre a segunda pós-guerra mundial e a década de 1970.

2. SEGUNDA IDÉIA FALSA:

A globalização é um processo homogêneo.

Enfocada a partir de uma perspectiva histórica longa, a globalização resulta num **processo de desenvolvimento desigual**. A história apresenta períodos de tremenda aceleração da expansão capitalista no que se refere aos fluxos internacionais comerciais e financeiros por exemplo, seguidos por períodos de relativa estabilização e maior concentração em mercados nacionais, sucedidos por novos períodos de aceleração. Estamos na atualidade vivendo um período de particular aceleração da globalização que sucede a um período de algo mais de meio século de estabilização "nacional" que por seu turno foi precedido por uma etapa (1870 - 1914/20) de aceleração sem precedentes até então. Simplificando muito, a aceleração contemporânea da globalização eclodiu pela enorme liquidez da economia internacional a partir dos choques petrolíferos da década de 1970 e pela aplicação à economia e às finanças dos desenvolvimentos em matéria tecnoinformática vinculados à guerra do Vietnam.

A globalização é deste modo **um processo de desenvolvimento desigual em seus diferentes níveis ou dimensões**. Em sua etapa atual, encontra-se muito mais desenvolvida em matéria financeira que em matéria de produção ou de comércio. Calcula-se que o valor anual de todas as transações financeiras do mundo é entre 12 e 15 vezes maior que o valor da produção mundial de bens e serviços não financeiros, e ao redor de 60 ou 70 vezes maior que o valor conjunto de todas as exportações mundiais desses mesmos rubros (Vilas 1994a). A financeirização acelerada e crescente da economia mundial marca uma diferença importante

com o modo de organização prévia do capitalismo. As finanças deixam de ser o complemento necessário da economia real, para converter-se na força condutora da mesma, subordinando-a. Pode afirmar-se, neste sentido, que estamos em presença do **terceiro nível** de globalização do capital, depois da globalização comercial (primeiro nível) e da globalização produtiva (segundo nível). A globalização financeira introduz no sistema econômico uma marcada volatilidade, agravada pelo caráter de curto prazo que predomina nas correntes do investimento financeiro - neste sentido, existe uma clara diferença entre o investimento financeiro de nossos dias e o investimento financeiro do período 1870 - 1920. Além disso, a financeirização atual está a cargo de um conjunto de investidores de novo tipo: fundos mútuos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos contingente, investidores individuais, que mobilizam novos "produtos financeiros" (swaps, derivativos, entre outros). O resultado da enorme volatilidade é o perfil marcadamente especulativo da economia mundial, que lembra muito a "economia de cassino" a qual se referia com preocupação John Maynard Keynes. O colapso das divisas européias em setembro de 1992; o craque mexicano de dezembro de 1994 e seu "efeito tequila" sobre algumas economias da América do Sul; a quebra da firma inglesa Baring em 1995, a crise das moedas asiáticas no verão de 1997, ilustram de modo dramático a vulnerabilidade da economia aos jogos financeiros da globalização.

Por sua vez, o valor do comércio mundial é apenas um terço do valor da produção mundial total (respectivamente US\$8.7 e 25.2 trilhões, incluindo também serviços não ligados à produção física), o qual indica que dois terços do produto se realiza nos respectivos mercados nacionais e não em um suposto mercado global, apesar dos esforços e da retórica em favor do crescimento exportador. Além disso, a abertura externa das economias $[(X+M)/\text{PIB}]$ é **menor** nos países **mais desenvolvidos** que nos de desenvolvimento menor: .32 e .40 respectivamente (Banco Mundial 1996).

O quadro 1 mostra os coeficientes de abertura externa das economias dos países que constituem o Grupo dos 7 (G7); das três "grandes" economias da América Latina (Argentina, Brasil e México) e de outras duas (Peru e Chile) que junto ao México e Argentina foram submetidas à terapia do ajuste neoliberal, e de três dos quatro "tigres" do sudeste da Ásia. Múltiplos fatores incidem na geração destes coeficientes: dotação de fatores, especialização produtiva, vantagens competitivas, impacto inercial de formas prévias de divisão internacional do trabalho, entre outras. Aqui se quer destacar que o grau de abertura dos países do G7, dentro de sua diversidade, é em conjunto muito menor do que usualmente se pensa, situação que representa antes de tudo a menor abertura das maiores economias do grupo (Estados Unidos e Japão). Adverte-se deste modo a variação de situações dentro do grupo do sudeste asiático. Na América Latina, a forte reorientação "para fora" da economia mexicana na década atual - pelo subsídio cambial às importações e pelos estímulos aos projetos agregados - não se traduziu em maior dinamismo que outras economias menos extrovertidas. Entre 1980 e 1990 a economia mexicana era 2.5 vezes maior que a da Argentina, enquanto que em 1994 a diferença é de apenas 30%. Durante todo este período a relação com a economia brasileira, muito mais aut centrada, manteve-se constante.

Conclui-se que a idéia de que os mercados nacionais são irrelevantes para o desenvolvimento e que o mercado verdadeiramente importante é o mercado global, não se apresenta assegurada pela realidade da economia internacional. O comércio mundial esteve crescendo nos últimos anos em ritmos mais rápidos que os do produto, mas a diferença nas taxas de dinamismo não alcança nem compensa as enormes diferenças absolutas.

Quadro 1: Coeficientes de abertura externa no G7 e em algumas economias em desenvolvimento¹

PAÍSES	1980	1990	1994
JAPÃO	25.6	17.6	14.6
ESTADOS UNIDOS	17.8	16.4	18.1
FRANÇA	37.7	37.1	35.0
ITÁLIA	39.5	31.6	34.9
ALEMANHA ²	46.8	49.6	39.5
REINO UNIDO	42.0	42.1	42.5
CANADÁ	59.5	42.2	59.1
TOTAL G7	29.5	26.2	24.8
ARGENTINA	24.1	17.6	13.2
BRASIL	19.0	12.9	14.3
MÉXICO	18.0	23.0	37.7
CHILE	38.1	56.1	44.9
PERU	31.0	17.8	22.7
HONG KONG	148.1	186.8	237.6
SINGAPURA	370.4	327.4	87.8
REP. DA CORÉIA	62.5	56.8	52.7

1 (X+M/PIB, em porcentagens. Fonte: ONU, Anuário estatístico, vários anos.
2 1980 e 1990: somente República Federal Alemã

Uma consideração deve agregar-se ao exposto até aqui. Refere-se a que entre um terço e dois quintos do comércio mundial constituem transações entre matrizes e filiais ou subsidiárias, ou entre filiais ou subsidiárias de corporações transnacionais; vale dizer, trata-se de transações internas a estas empresas e se regem por sistemas administrados de preços de transferência, relativamente às ações das forças do mercado.

Em terceiro lugar, **a globalização opera de maneira desigual para diferentes atores ou sujeitos.** É globalização do capital muito mais que da força do trabalho, como se adverte no avanço das legislações protecionistas - freqüentemente fundamentadas em argumentos racistas - dos mercados de trabalho dos países mais desenvolvidos. O capital financeiro pode mover-se de país

em país buscando as taxas de lucros e as condições de operações mais atrativas, mas os trabalhadores não podem migrar com similar liberdade para usufruir de melhores condições de trabalho e de admissão. É possível afirmar inclusive que a ilegalidade imposta às migrações de trabalhadores constitui uma fonte de renda trabalhista diferencial para as empresas, ponto que lhes permite contratar os trabalhadores em condições de maior precariedade para estes. O ideólogos da globalização não foram capazes até agora de explicar o auge da xenofobia e dos entraves impostos pelas economias mais desenvolvidas (Estados Unidos, União Européia, Japão) às migrações de trabalhadores provenientes dos países menos desenvolvidos.

Em quarto lugar, a globalização é **um processo submetido às tensões e pressões** recíprocas de seus principais protagonistas. Em termos geoeconômicos: Estados Unidos, a União Européia, e Japão fundamentalmente, e suas tensões, conflitos e acordos recíprocos. As reuniões periódicas do "Grupo dos Sete" representam a instância mais evidente de coordenação e orientação governamental dos processos do mercado mundial. A hipótese de uma regionalização econômica do mundo em torno de três grandes pólos - Estados Unidos no hemisfério Ocidental; Alemanha e a União Européia no velho continente, e Japão (e possivelmente a China no longo prazo) na Ásia/Pacífico - apoia-se na evidência de que os fluxos econômicos internacionais tendem a centrar-se em torno destes três pontos de referência. As transações comerciais e financeiras **dentro** de cada uma destas três áreas são muito mais significativas que **entre** as três áreas, e isto é o que define uma área econômica (ou bloco). Em conseqüência, mais que uma globalização entendida como transações de todos com todos em níveis mais ou menos similares de valor e intensidade, estaríamos em presença da constituição, ou reconstituição, de grandes espaços econômicos regionais, cada um deles orientados por um de seus membros. A relação regionalização/globalização atuaria como uma instância ou nível de mediação entre cada economia nacional em particular, e a economia globalizada (Sapir 1992;

Guerra Borjes 1994; Guillén Romo 1994). Na América Latina, o North American Free Trade Association (NAFTA: USA, Canadá e México) MERCOSUL (Mercado Comum do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) podem ser interpretados neste sentido como instâncias de mediação entre as economias e sociedades que integram cada um destes acordos regionais, e a economia global.

Finalmente deve ser assinalado que a expansão mundial do capital se completa combinando elementos de progresso e novidade com ingredientes de retrocesso e primitivismo. Cabe recordar por exemplo a reintrodução da escravidão como centro do sistema de plantation capitalistas nos séculos XVIII e XIX ou a conjugação de servidão trabalhista e capitalismo mercantil persistente até o início de nosso século. Hoje, a etapa atual da globalização conjuga tecnologias informáticas de ponta com condições de trabalho do século XIX. A globalização ilustra assim a pertinência da tese do caráter "desigual e combinado" do desenvolvimento capitalista.

3. TERCEIRA IDÉIA FALSA:

A globalização conduz à homogeneização da economia mundial, superando com o tempo as diferenças entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, e entre países e regiões ricas e pobres. A globalização permite ingressar progressivamente no "primeiro mundo".

Esta é uma idéia falsa que se difunde com muito entusiasmo quanto mais subdesenvolvido, pobre e atrasado é um país. A interpretação da globalização como um processo "de homogeneização nos planos econômico, social e político" (Alfie 1995) e a crença na capacidade da globalização para fechar as brechas econômicas e técnicas internacionais ressentem-se de sus-

tentação nos fatos, inclusive em longo prazo. Isto é algo que já foi advertido em fins da década de 1940 por alguns economistas vinculados à recentemente criada Organização das Nações Unidas, como Raul Prebisch e Hans Singer (CEPAL 1949; Singer 1950), posteriormente retomadas, complementadas e adaptadas ao desenvolvimento futuro da economia mundial por um número amplo de economistas: Samir Amim, Arrighi Emmanuel, Oscar Braun entre outros. Em conjunto, com diferenças de ênfases ou de enfoques particulares, estes trabalhos coincidem em que, por sua própria dinâmica, a expansão mundial do capitalismo conduz a diferenciações crescentes entre regiões do mundo com níveis desiguais de desenvolvimento (Ianni 1992, 1996a, 1996b).

De acordo com um informe do PNUD, entre 1960 e 1989 a diferença de níveis de ingresso entre países ricos e países pobres se duplicou; o ingresso médio dos países de onde viviam os 20% mais ricos da população era no primeiro desses anos 30 vezes maior que o ingresso médio dos países onde viviam os 20% mais pobres da população mundial; em 1989, a diferença era de 60 vezes (PNUD 1992: 85-86). A tendência se mantém. Os países que o Banco Mundial considera pobres - quer dizer, com ingresso médio por habitante de menos de um dólar ao dia -, que em conjunto representam mais da metade da população do mundo, captam 7 por cento do produto mundial, enquanto que os países ricos, com 8 por cento da população mundial, concentram quase 85% do produto mundial, e 80% do comércio mundial - mais de dois terços do qual se comercializa entre países desenvolvidos -, e recebe mais de 80% do investimento estrangeiro direto (Vilas 1994b; Banco Mundial 1996). Os observados desníveis educativos, técnicos, de bem-estar e produtivos em umas e outras áreas contribuem para explicar estas agudas e crescentes diferenças, e comprovam que a dinâmica inercial da globalização, longe de homogeneizar, aprofunda as disparidades.

Em oposição a esta conclusão poderia argumentar-se que esta configuração a que se chegou é o resultado do passado, muito mais que um dado da nossa ordem globalizada que se configu-

ra nos últimos anos. Entretanto até os mais entusiastas portadores da ideologia da globalização reconhecem que a distribuição desigual dos recursos, valores, transações e benefícios se mantenham no futuro previsível. Depois de admitir que os países mais desenvolvidos extraem da crescente integração comercial maiores benefícios que os países em desenvolvimento, o Banco Mundial projeta um incremento muito reduzido da participação das áreas em desenvolvimento nos intercâmbios mundiais. De acordo com suas próprias projeções, a participação destas áreas passaria dos 20% atual a aproximadamente dos 30% ao longo do período 1994 - 2010 (Banco Mundial 1995a).

O quadro 2 ratifica esta mesma conclusão, ao enfocar a dinâmica das desigualdades no PIB por habitante entre diferentes áreas de desenvolvimento nos últimos quinze anos de globalização acelerada. O produto mundial cresceu 134.4% acumulado em todo o período frente a 26.5% de crescimento acumulado da população mundial; no entanto o crescimento do produto nos países de maior desenvolvimento foi consideravelmente maior que no conjunto do mundo e, certamente, que nas áreas de ingressos médios e baixos, aprofundando-se as diferenças entre ricos e pobres. Ao contrário do que estabelecem os argumentos neomalthusianos que declaram o atraso dos países menos desenvolvidos a taxas excessivamente altas de crescimento demográfico, deve assinalar-se que as diferenças em taxas de crescimento populacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são muito **menores** que a diferença nas taxas de crescimento do produto.

Quadro 2: PIB por habitante no mundo, por áreas de desenvolvimento (em dólares correntes)

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO	1980	1994	DIFERENÇA EM %
BAIXO	312	380	+ 22
MÉDIO	1,998	2,592	+ 30
BAIXO + MÉDIO	882	1,110	+ 26
ALTO	10,178	23,674	+ 132
MUNDO	2,441	4,503	+ 84

Fonte: Banco Mundial

As taxas diferenciais de crescimento a partir de "pisos" de ingresso tão desiguais, incrementam o efeito desigualador da globalização. O quadro 3 mostra de maneira simples o crescimento das desigualdades entre áreas de desenvolvimento no mesmo período. Em 1980 o PIB por habitante nas áreas de alto nível de desenvolvimento era quase 33 vezes maior que nas áreas de baixo nível de desenvolvimento, enquanto que em 1994 era 62 vezes maior, com um aumento da desigualdade de 91%. Com menor intensidade, as áreas mais desenvolvidas continuaram diferenciando-se também das de nível médio de desenvolvimento.

Quadro 3: Evolução recente das desigualdades de ingresso entre áreas de desenvolvimento no mundo.

DIFERENÇA ENTRE ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO	1980	1994	DIFERENÇA EM %
ALTO/BAIXO	32.6	62.3	+ 91
ALTO/MÉDIO	6.0	9.0	+ 50
MÉDIO/BAIXO	6.4	6.8	+ 6
ALTO/BAIXO + MÉDIO	11.5	21.3	+ 85

Fonte: Quadro 2

Ao mesmo tempo se foi registrando uma certa diferenciação dentro do Terceiro Mundo entre os países mais pobres (os chamados "de ingresso baixo"), e os de "ingresso médio". Este é um processo que se vem registrando há quase quatro décadas, impulsionado sobretudo pelo avanço de algumas economias do sudeste asiático. Nos últimos anos se somaram a estas economias de ingresso médio algumas da América Latina (Brasil, México, Argentina, Chile principalmente) e do Leste da Europa. Em que medida a ativação destas economias é algo mais que conjuntural, e que tão representativas são de um movimento mais amplo, são questões sujeitas a discussão (vide por exemplo Harris 1987; Shaw 1994; Broad & Landi 1996). Deve assinalar-se, em todo caso, que a distância que separa estes países dos de ingresso alto continua abismal e crescente, e reduz muito pouco as desigualdades do sistema em seu conjunto. Ao longo da última década e meia a

distância entre as regiões mais desenvolvidas e o resto do mundo cresceu 85 por cento.

A persistência e o aprofundamento da distância entre ricos e pobres é o resultado da manutenção dos mecanismos de exploração internacional de tipo imperialista ou neocolonial: depredação dos recursos naturais e degradação do ambiente; adoção de medidas protecionistas nos países desenvolvidos ao contrário das exportações primárias dos países periféricos; fixação de termos desiguais de intercâmbio; operações militares punitivas contra governos "rebeldes".

Deve admitir-se em conseqüência que a globalização não reduz as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário,

"desenvolve umas e outras, recriando-as em outros níveis, com outros ingredientes (...) Se há algo que se reproduz e acentua, em escala mundial, é o desenvolvimento desigual e combinado das relações e produções materiais e culturais (...) a globalização nunca é um processo histórico-social de homogeneização". (Ianni 1992: 125,127).

O cenário político internacional que se configura nos últimos anos também se contradiz com a idéia de uma globalização homogeneizadora. Deve assinalar-se neste sentido a crise da ONU e sua tendencial conversão em uma filial de política exterior do governo dos Estados Unidos. Certamente, esta crise é o efeito de transformações profundas nas relações de poder no plano internacional a partir do fim do sistema da guerra fria, mas entretanto o governo dos Estados Unidos foi capaz de subordinar à organização - sobretudo ao Conselho de Segurança - a suas tentativas de erigir-se em força hegemônica universal - uma espécie de reedição do que foi a hegemonia mundial britânica desde os últimos anos das guerras napoleônicas até a guerra de 1914. Destacam neste aspecto as ações primitivas desenvolvidas no Oriente Médio e no Caribe nos anos recentes e em nossos próprios dias,

as pretensões de outorgar validade extraterritorial à sua legislação doméstica (Johnson 1994), ou as pressões até conseguir a saída de Boutros B. Galhi como Secretário Geral da ONU.

Esta regressão imperial do governo dos Estados Unidos - que nos casos das leis Helms-Burton e D'Amato fere diretamente o princípio global do livre comércio - está sendo acompanhado por algumas vozes no âmbito acadêmico desse país justificando retomar o "destino manifesto"(Johnson 1993; Lefever 1993). Não é demais recordar neste sentido que em 1993, em seu debate televisivo com o ex-candidato presidencial Ross Perot a respeito da conveniência de que o Congresso dos Estados Unidos aprovara o tratado de livre comércio com o México, o vice-presidente Albert Gore comparou o referente tratado com a compra da Luisiana e Alasca no século passado.

Em geral a ênfase em uma suposta homogeneização, produto da globalização aponta para as dimensões simbólicas do processo: a globalização como "hibridização", segundo a define Pieterse: a emergência e novas formas de interação, o desenvolvimento de uma "*melange translocal de culturas*" (Pieterse 1994). Mas também neste aspecto existem profundas diferenciações: na hibridização da "cultura global" alguns atores se inserem como produtores e outros como simples consumidores; a diferente qualidade da "oferta cultural" discrimina entre classes sociais e países. O sentido, o conteúdo e as projeções da inserção nesta "cultura global" continuam variando conforme falamos de pobres e de ricos, de homens e de mulheres, de habitantes de países pobres e de habitantes de países ricos (Vilas 1995a).

Pode concluir-se portanto que a crença na virtualidade homogeneizadora da globalização ressenete-se de fundamentos, e choca com o desenvolvimento efetivo do processo. O aprofundamento das desigualdades a partir das quais as regiões e os países se apresentam incorporados à etapa atual da globalização, é uma das características deste processo, em ausência de fatores interventores que definam contratendências eficazes.

4. QUARTA I DÉIA FALSA:

A globalização é a chave do progresso e do bem-estar; do mesmo modo que conduz a fechar as aberturas internacionais, promove o acesso dos grupos menos favorecidos a crescentes níveis de bem-estar e qualidade de vida.

Ao contrário, registra-se uma persistência, e inclusive agravamento, das disparidades sócio-econômicas e educativas na maioria dos países da América Latina: crescimento da pobreza, cifras recordes de desemprego e subemprego, enfavelamento das grandes cidades, etc. Em geral, pode afirmar-se que se aprofundam as diferenças de todo tipo entre os segmentos da população que conseguem inserir-se nos âmbitos dinâmicos da economia, e os que ficam resultam excluídos.

O crescimento da pobreza na região, ou as dificuldades para reduzir seus níveis, obedecem a vários fatores, todos eles derivados do viés predominante no processo de globalização. Entre eles: 1) Muda a relação emprego/produto. No passado, o comportamento de ambos os fatores apresentava uma determinada relação positiva: quando o produto crescia também crescia o emprego; quando aquele caía, este também se reduzia, até que a reativação da produção reativava o emprego. Agora a situação tem mudado: em fases de recessão o emprego cai mais abruptamente que o produto; e quando este se reativa, o emprego não o faz, ou o faz à retaguarda e em condições de maior precariedade. Vale a pena assinalar neste sentido que no entanto no período 1991-95 o PIB total da América Latina e do Caribe cresceu quase 15% acumulado, a geração de empregos se moveu a uma taxa muito menor, com o adicional de que 85% dos novos postos de trabalho pertencem ao chamado setor informal, de onde as condições de precariedade são maiores. A tendência ao desemprego crônico, que foi considerada pela Teoria Geral de John Maynard Keynes uma das

duas características centrais das economias capitalistas, mantêm-se firme, e acentuada, na etapa atual da globalização.

2) Políticas estatais que fomentam a chamada "flexibilização" do trabalho, quer dizer a perda das condições institucionais de seguridade do trabalho resultado de quase um século de lutas e negociações sindicais. Há uma progressiva substituição do direito ao trabalho pelo direito civil ou comercial, o qual implica a desproteção institucional dos trabalhadores. O tratamento formalmente igual a sujeitos que se encontram em situações de enorme desigualdade sócio-econômica implica institucionalizar a injustiça social. Mesmo assim, registra-se uma aberta hostilidade estatal para as organizações sindicais, e ao contrário uma promoção aberta das posições das organizações patronais, incluindo subsídios, reduções dos impostos obrigatórios, e similares.

3) Deterioração dos salários reais, sem prejuízo de algumas altas recentes que de todas as maneiras não conseguem recuperar os níveis históricos. O trabalho deixa de ser remunerador, quer dizer, deixa de ser a chave que permite fazer frente, em condições de dignidade, às adversidades da vida, e ascender a níveis aceitáveis de bem-estar. Unida à globalização da "flexibilização" dos mercados de trabalho, esta deterioração demonstra que, sem prejuízo do discurso da modernidade e dos impressionantes avanços técnicos e científicos, a competência por baixar os custos do trabalho é um recurso permanente da racionalidade capitalista.

4) Na medida em que a população em condições de pobreza cresce mais rápido que a população total, estamos em presença de um fenômeno de exclusão social. O crescimento desmesurado do setor informal agrava a redundância dos empobrecidos. Afirmouse, neste sentido, que se trata de setores da população desnecessários para o funcionamento do capitalismo de nossos dias (Dahrendorf 1994); em todo caso, é gente que desempenha em atividades prescindíveis. A própria massividade do fenômeno tira relevância ao modo em que se discutiu o tema da **marginalidade** na América Latina da década de 1960. Se há mais de trinta anos, em outro padrão de desenvolvimento capitalista, podia argumen-

tar-se que se tratava em relação da versão mestiça do exército industrial de reserva, hoje é evidente que a maioria deles são reserva de nada, e que a articulação que alguma vez se assinalou entre o setor informal e o formal, ou entre o "tradicional" e o "moderno", hoje já não se registra.

5) As políticas estatais de privatização e de desregulação, que reduzem os níveis de emprego e deterioram as condições de trabalho; além disso, a privatização de muitas empresas estatais implica o cancelamento ou cobrança de serviços sociais que antes se prestavam de maneira gratuita às famílias dos trabalhadores (por exemplo, creches infantis, subsídios alimentares, prestações de saúde), deteriorando adicionalmente sua inclusão. Vinculado a isto, há que mencionar a contração dos pressupostos públicos destinados a serviços sociais como educação, saúde, seguridade, esportes, e à manutenção de infra-estrutura.

6) A acelerada deterioração ambiental tolerada ou estimulada pelos estados, em benefício de corporações nacionais e transnacionais, é causa direta do empobrecimento de amplos setores das populações rurais (empobrecimento dos solos, contaminação ou esgotamento de leitos de água, desflorestamento etc).

Não há nada definido no cenário pelos processos contemporâneos de globalização que permita antecipar uma reversão destes resultados e, ao contrário, tudo sugere sua continuidade. O próprio Banco Mundial, uma das instituições mais envolvidas na promoção destes processos, reconhece-o sem rodeios:

"A desigualdade, tanto entre as distintas regiões como dentro dos países, segue sendo uma característica significativa da economia mundial"(Banco Mundial 1995b: 11). "É muito provável que nos próximos decênios a disparidade entre ricos e pobres aumente e se agudize a pobreza" (id.9).

A idéia da homogeneização dos estilos de vida como resultado da globalização deriva da indubitável sofisticação das condições de vida e das possibilidades que brinda o consumo luxuoso, nos vinte ou vinte e cinco por cento mais rico da população dos

países mais atrasados. Não é um dado novo que estes segmentos têm acesso a níveis de gasto similares e inclusive superiores aos de suas contrapartes no mundo desenvolvido - com o agravante para a coesão social, de que são níveis de consumo iguais ou maiores que os das elites do "primeiro mundo", em países com inclusão de países do Terceiro Mundo. Estes grupos privilegiados são também quem influenciam de maneira preferencial nos meios de comunicação e nas instituições de educação e de cultura, desde onde se difunde, precisamente, a retórica da homogeneização.

Na verdade, se de homogeneização se trata, esta é uma homogeneização dualizadora. Por um lado, temos a homogeneização "por cima" das elites privilegiadas. Por outro, a homogeneização perversa da exclusão social, da marginalização e os *underclass*. Uma homogeneização dualizadora que, portanto, aprofunda as desigualdades do sistema globalizado em seu conjunto.

Adverte-se que este conjunto de elementos estabelece uma clara continuidade entre a problemática da etapa atual da globalização e a problemática do imperialismo econômico tal como foi discutida em início do século por alguns economistas social-democratas como Hobson e Hilferding e por socialistas como Luxemburgo e Lênin, e retomada posteriormente por um espectro amplo de especialistas - quer dizer a problemática da apropriação internacional desigual dos frutos da acumulação e do progresso técnico, e sua vinculação com a dinâmica interna de cada uma das unidades do sistema internacional (Barratt-Brown 1975). A insistência no caráter inevitável e irreversível da globalização se vincula a este panorama de distribuição desigual de benefícios e prejuízos no qual uma minoria da população mundial ascende a níveis superiores de bem-estar enquanto a maioria enfrenta um decréscimo irrefreável em seus níveis de vida. A falta de um argumento melhor, a ênfase se coloca na suposta inevitabilidade deste tipo de globalização.

5. QUINTA IDÉIA FALSA:

A globalização da economia favorece a globalização da democracia.

Esta é uma concepção errônea derivada da hipótese de que o que está ocorrendo na antiga União Soviética e na Europa do Leste é, sem mais, uma "transição à democracia". É possível que algo disto ocorra em alguns desses países; também é certo que práticas eleitorais institucionalizam-se em muitos deles. Mas a relação entre eleições e democracia é similar a que existe entre mercados e capitalismo: este não existe sem mercados, mas a existência de mercados não é sinônimo da economia capitalista - algo que o antigo bloco soviético permite comprovar com muita clareza. Do mesmo modo, a prática das eleições é compatível com uma variedade muito ampla de regimes políticos que não são democráticos: pensemos simplesmente em Anastasio Somoza na Nicarágua, em François Duvalier no Haiti, ou em Alfredo Stroessner no Paraguai (vide por exemplo Hermet, Rouquié e Linz 1982; Hermet 1989; Vilas 1997).

A idéia de uma funcionalidade da globalização econômica com a democracia é típica de uma concepção vulgar de uma e outra, notoriamente auspiciada, difundida e financiada por alguns *think tanks* do establishment político conservador dos Estados Unidos, como no National Endowment for Democracy, e recolhida por agências financeiras internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, mais recentemente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (vide por exemplo Diamond 1993; Diamond e Plattner 1996). Esta idéia aspira a dar certo lustro acadêmico à chamada política de "exportação da democracia" de Washington, consistente em promover a determinados atores políticos e implantar as "democracias de mercado". São estes regimes políticos de onde o ingrediente democrático se dá pela promoção e consolidação da economia de mercado em sua versão

neoliberal (Robinson 1996). O democrático significa uma relação com determinadas garantias institucionais à livre expansão do capital e à institucionalização dos ajustes macroeconômicos neoliberais, muito mais que com um conjunto de direitos e garantias individuais e sociais (vide por exemplo Williamson 1993). Portanto, a idéia de uma associação orgânica entre globalização e democracia implica uma petição de princípio.

Na realidade, o que se observa é a capacidade da globalização capitalista para se impor em uma grande variedade de contextos institucionais nos quais a característica comum é o caráter restringido da participação popular, ou sua mediatização por uma rede de mecanismos institucionais ou de fato. Contra a fantasia conservadora de Enrique Krauze de uma "democracia se adjetivos", a multiplicidade de adjetivações que rodeia estes regimes ilustra a desorientação de muitos observadores: "democracias delegativas" (Guillermo O'Donnell); democracias "de baixa intensidade" (Edelberto Torres Rivas); "democracias autoritárias" (James Mittelman, Ricardo Pozas Horcasitas); democracias "emprestadas" (Sergio Bitar) (Vilas 1996, 1997). A forma destas democracias é algum tipo de procedimento eleitoral, e o mercado desregulado é seu conteúdo.

Em cenários de amplo empobrecimento e profunda polarização social, a priorização do mercado por cima da democracia tem efeitos conhecidos. Inclusive em sua mínima definição como participação eleitoral, a democracia é um regime de inclusão; a pobreza é, ao contrário, um regime de exclusão. O conceito de cidadão, como sujeito da democracia, implica pelo menos quatro dimensões: autonomia, igualdade, sentimento de eficácia, responsabilidade. Ao contrário, a exclusão social se caracteriza por um sentimento de ineficácia pessoal para sair adiante na vida, de insegurança frente à falta de trabalho, à prepotência policial ou aos perigos das cidades faveladas (inundações, delinqüência...); a responsabilidade se restringe ao imediato: a família, a enorme vizinhança; a igualdade não subsiste nem sequer de maneira simbólica frente à evidência das desigualdades em todos os níveis da

vida. Além disso, degrada-se o acesso à informação que se supõe condição para a tomada de decisões cidadãs.

Nestas condições o exercício da cidadania se deteriora; há uma reversão da cidadania para o clientelismo. A própria vulnerabilidade da situação de vida leva a privilegiar o valor da segurança e a esperar da intervenção de um agente externo a solução aos próprios problemas. A desconfiança do sistema político oficial costuma acompanhar-se nestes casos pela busca de lideranças fortemente personalizadas, que projetem imagens de eficácia, de força, de seguridade. A ruptura do pacto social implícito em qualquer sociedade moderna - a ruptura do sistema implícito de reciprocidades sociais - leva os excluídos a intentar vincular-se aos poderosos (quer dizer aos que são vistos com capacidade de resolver os problemas cotidianos) de maneira direta, sem mediações: eleições plebiscitárias em apoio de caudilhos eleitorais sem trajetória política prévia; volatilidade do comportamento eleitoral; intercâmbio do voto por favores concretos.

Deve assinalar-se que, ao contrário do que sugere a versão elitista desta questão, a deterioração da cidadania não se circunscreve exclusivamente aos mais pobres. Registra-se também, e muitas vezes de maneira mais acusada, nos níveis mais altos da riqueza, o prestígio e o poder: o intercâmbio do apoio político pela possibilidade de obter benefícios econômicos em grande escala, ou a mobilização do poder corporativo para conseguir decisões específicas; a evasão impositiva em grande escala; a impunidade...

6. SEXTA IDÉIA FALSA:

A globalização causa a desaparecimento progressiva do estado, ou pelo menos uma perda de importância do mesmo.

Esta idéia revela o parentesco direto entre a ideologia superficial da globalização e o neoliberalismo. A idéia é expressa

de maneira mascarada: a expansão global dos mercados tem como contrapartida a retração dos estados; a economia, os negócios, a cultura, o consumo se "desterritorializam" e em consequência o princípio da autoridade soberana estatal tende a desvanecer-se.

A idéia do desaparecimento do estado é velha na teoria política; nos tempos modernos a retomaram o anarquismo e o socialismo marxista, ainda que com enfoques diferentes; hoje reaparece na ideologia neoliberal e nas versões **light** do globalismo (Schwartz 1995). Há inclusive um exagero culturalista desta falsa idéia: a que afirma que deixamos para trás a política, e que a nossa época seria uma época "pós-política" (Garcia Canclini 1991).

A discussão precedente fornece alguns elementos para a contestação desta idéia a partir de dados elementares da realidade contemporânea. Mantêm-se a diferenciação nacional/territorial da força de trabalho, de suas remunerações e condições de emprego como condição de elevação dos benefícios empresariais a nível global, e nesta diferenciação a intervenção política dos estados segue sendo fundamental. É mesmo assim importante a diferenciação territorial dos estados e a manutenção das fronteiras estatais para a geração de preços nacionalmente diferenciados de bens "não negociáveis", quer dizer que não circulam através das fronteiras ou cuja circulação transnacional é muito reduzida: por exemplo, tarifas de serviços nacionais (comunicações, combustíveis, rendas imobiliárias etc); estrutura de preços na indústria da construção; e outros similares. Os recursos político-militares dos estados continuam sendo estratégicos para a manutenção ou ampliação dos espaços econômicos e comerciais (por exemplo, as já mencionadas leis Helms-Burton e D'Amato). A dissolução da União Soviética e os processos de fragmentação nos Balcãs incrementou vertiginosamente desde 1990 o número de estados, e inclusive a dispersão do poder militar nuclear. Durante a década atual o corpo de organismos internacionais como a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional cresceu a um ritmo só comparável ao da década de 1960 com a descolonização da

África e Ásia. Em resumo, o componente estatal do mundo atual dos mercados globalizados é a maior da história.

Também é certo que a família de organismos supraestatais aumentou enormemente na última metade do século; a ela se agrega um número crescente de organismos não governamentais de projeção internacional que introduzem maior complexidade na política mundial (Held 1991:360 e ss; 1993: 13-52; Morss 1991). Afirma-se inclusive do progressivo surgimento de uma "classe capitalista transnacional" integrada pelos executivos das corporações transnacionais, as burocracias estatais globalizadas, os políticos e profissionais inspirados no capitalismo global, e as elites do consumismo (por exemplo, meios de comunicação e elites comerciais) (Sklair 1995).

É indubitável que a relação estado/mercados se transformou, mas esta relação sempre teve uma enorme variabilidade, independentemente do que os porta-vozes dos estados e dos mercados disseram e dizem a respeito. O caráter e o conteúdo desta relação, seus alcances e limitações, seus meios e objetivos, estão definidos em última instância pelos atores que impulsionam a uns e outros. Nos últimos 500 anos o mundo presenciou a passagem do estatismo mercantilista ao liberalismo dos "burgueses conquistadores", retornando logo ao intervencionista imperialista de fins do século XIX, passando ao "livreempresismo" da década de 1920 que conduziu à crise de 1929, para regressar ao intervencionismo keynesiano e social-democrata e agora redescobrir as virtudes do mercado (Cox 1992).

Hoje, o central não é eliminar do meio o estado do destino de redefinir sua articulação ao mercado e seus atores, e o modo de exercício de suas funções a respeito do capital. Há em consequência uma reformulação drástica da relação - e das tensões - entre estado e mercado. Isto o expressa bem o Banco Mundial que desde inícios desta década enfatiza a necessidade de que o estado leve a cabo "reformas econômicas amistosas para o mercado" (**market-friendly economic reforms**). Segundo sua particular interpretação do "milagre" do sudeste asiático, "a aplicação

de políticas de desenvolvimento bem concebidas foi um dos principais fatores que fizeram possível o crescimento (...). Na maior parte dessas economias, o governo interveio, de um modo ou de outro, sistematicamente e de muitas maneiras, para fomentar o desenvolvimento em geral e, em alguns casos, o surgimento de determinados ramos de atividade"(Banco Mundial 1993: 5). A questão portanto é que tipo de relação está constituindo-se entre estados nacionais, organismos supraestatais e mercados globais, muito mais que uma suposta dissolução do estatal-nacional no mercantil-global (Cox 1987; Piccioto 1991; Callaghy 1993; Saxe-Fernández 1993; Bienefeld 1994; Halloway 1994; Panitch 1994; Barros de Castro 1996).

As funções ou serviços que o estado presta ao capital são conhecidas; em seu maior nível de abstração consistem em brindar seguridade à propriedade capitalista (legislação interna e defesa exterior, transação de conflitos de interesses), gerar economias externas (por exemplo, investimentos em infra-estrutura, capacitação da força de trabalho, produção de insumos, etc.) para a acumulação privada, e legitimar o sistema social organizado a partir da primazia do capital (educação, meios de informação e similares). Outros fatores constantes (por exemplo, tradições histórico-culturais; dotação de fatores, e outros), diferentes estilos de acumulação de capital determinam específicas modalidades de intervenção estatal. O esquema neoliberal globalizante atual não é uma exceção. O estado transforma suas modalidades, alcances e estilos de articulação com o mercado para consolidar a reestruturação das economias locais, sua maior abertura externa e uma mais ampla integração às correntes transnacionais do capital.

O economista mexicano David Ibarra o resume com relação ao México, mas suas indicações são válidas para o conjunto da América Latina e do Caribe:

"Queira-se ou não, quase de maneira autônoma o governo relacionou os objetivos sociais de importância e, mais recentemente, a natureza da remodelação das instituições econômicas. Além disso,

determinou não só o sentido, como também o ritmo destas reformas. Em virtude desse poder autoritário, nos anos oitenta se intensificaram e se aceleraram as mudanças estruturais, já fosse com o propósito de evitar ou limitar as reações adversas, fazer oposição às forças e interesses encontrados ou concluir rapidamente a etapa sistêmica de transição". (Ibarra 1996: 12).

Vale dizer, o estado intervém em favor dos grupos melhor articulados aos processos de globalização para fortalecer sua posição no mercado e promover seus interesses, perspectivas e objetivos. A globalização dos atores, os interesses e os capitais é tanto função dos mercados como resultado da gestão política do estado.

A etapa atual da globalização na explicação financeira e neoliberal oferece diante de toda uma reorientação no sentido da gestão do estado. Esta reorientação tem lugar em relação a atores e interesses; muda o referente social e político da gestão estatal e com essa mudança tem lugar a mudança nas modalidades da intervenção estatal. Um elemento importante desta reorientação na América Latina e no Caribe deriva da crise de inícios da década passada e do modo em que foi negociada pelos estados da região; o estado responsabilizando-se pela dívida externa privada das empresas e a converteu em dívida pública. O recurso ulterior ao maior endividamento externo agravou a subordinação dos estados nacionais com relação aos mercados financeiros de onde a dívida é contraída e nos que taxa. Neste novo cenário, incrementou-se a capacidade de decisão e o poder político das agências estatais mais diretamente vinculadas a esses mercados: bancos centrais, ministérios ou secretarias de finanças, entre outros. Em contraste, reduz-se a gravitação institucional das agências mais ligadas aos atores em retrocesso: secretarias ou ministérios do trabalho e da indústria; organismos estatais de bem-estar e previdência social; etc.

Há certamente um retraimento da presença empresarial do estado na economia. No entanto devem efetuar-se respectivamente duas precisões. A primeira é que esta retração é muito mais

marcada nas economias menos desenvolvidas que nas mais industrializadas, de onde o estado mantém amplas margens de intervenção direta e indireta, incluindo a propriedade de ativos (vide Calcagno 1993).

A segunda se refere a que a "diminuição" estatal não implica um paralelo ou equivalente retrocesso do estado em seu caráter de institucionalização do poder político de determinados atores. Como se explica a globalização do sistema bancário e financeiro mexicano, sem a intervenção direta do estado para resgatá-lo da crise, fazer-se a cargo de seus passivos, e conectá-lo com a banca européia, asiática e canadense? Mais ainda: como pôde salvar-se a economia mexicana do que o próprio FMI chamou "a primeira crise financeira da globalização" sem a intervenção da Reserva Federal dos Estados Unidos, e sem a garantia do estado mexicano de suas exportações de petróleo? Como explicar a crescente globalização da burguesia chilena, sem levar em conta o estado pinochetista e sua drástica redefinição do poder político, especialmente no que se refere ao desmantelamento das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores? De que maneira explicar o retrocesso político da força de trabalho e suas organizações, sem fazer referência às transformações na legislação do trabalho dos estados?

A história do capitalismo mostra como uma constante que cada vez que a economia entrou em crise a causa da especulação desenfreada dos mercados, foi a intervenção dos estados o que tornou possível sair da crise. Sem necessidade de retroceder muito, isto é o que ensinam as experiências de 1929, 1987 e 1994. Mas em geral, cada vez que uma economia se defrontou com um ponto de viragem nos estilos de acumulação predominantes, o passo de um estilo a outro se fez possível pela gestão do estado em função dos atores econômicos emergentes, para que estes pudessem romper com o apoio dos recursos públicos - o poder coercitivo, o manejo da moeda e do crédito, entre outros - os equilíbrios pré-existentes e ganhar posições de poder no mercado (Vilas, 1995b).

A Argentina é hoje, na América Latina, uma das ilustrações mais cruéis do nosso tipo de envolvimento do estado na economia e na promoção da integração do país à globalização financeira. Por um lado, o estado se desfez apressadamente das empresas de bens e serviços que criou no passado ou das que por razões diversas foi proprietário. Em termos formais, o estado "se reduziu". Ao mesmo tempo, o estado intervém no mercado cambial fixando através de uma lei do parlamento uma paridade determinada, que decide politicamente quais atores da economia estarão em condições de inserir-se na economia transnacionalizada, e quais não. Finalmente, o estado intervém no mercado de trabalho a partir da perspectiva das corporações de negócios, eliminando os mecanismos de proteção social da força de trabalho.

Não se trata somente da execução estatal de políticas determinadas, mas da mobilização da essência política do estado - a coação - em função da dinâmica globalizada do capital. As reformas "amistosias ao mercado" através da alteração de sentido da gestão estatal devem ser apontadas não tanto na plausibilidade das argumentações doutrinárias, como na contundência dos gases lacrimogênicos, os jatos de água colorida, o encarceramento dos que protestam, e inclusive sua eliminação física.

A reorientação do funcionamento do estado pode se resumir no que Stephen Gill denomina "**um novo constitucionalismo para um neoliberalismo disciplinar**" (Gill 1992). Por isso, Gill faz referência a um regime institucional transnacional gerado pelos estados que define e garante, através de tratados inter-estatais de hierarquia constitucional, os direitos globais e nacionais do capital: a União Européia, o TLC da América do Norte, o MERCOSUL, para mencionar os mais conhecidos. Estes espaços ampliados de circulação supra-nacional do capital não puderam constituir-se sem a intervenção do estado, ou bem o predomínio político de uns atores - as corporações de negócios com melhor inserção na globalização - sobre outros - os trabalhadores e camponeses, os setores médios, o público consumidor... - dificilmente alcançariam os extremos e a fisionomia atual.

Em momentos em que o capital recupera possibilidades de circulação desconhecidas nos últimos setenta anos, e quando a especulação financeira desestabiliza mercados e países, destacam as reuniões periódicas do "Grupo dos Sete" e suas intervenções macroeconômicas para a regulação dos mercados internacionais e dos fluxos globais do capital. Contrariamente ao que seria de esperar segundo a ideologia conservadora da globalização, o G-7 não reúne os homens de negócios, executivos de grandes corporações e operadores de mercados de valores. Ao contrário, o G-7 é a reunião bi-anual de chefes de estado e de governo e de altos burocratas estatais, dos países mais industrializados do globo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Canadá e Itália). Nessas reuniões políticas se definem as medidas de interesses, negociam-se os tipos de mudança, formulam-se as projeções que incidem nas apostas dos especuladores financeiros, e se orienta indiretamente ao movimento do capital. Se se quer simplificar uma questão muito complexa, pode dizer-se que o G-7 é a instância inter-estatal de governo colegiado dos mercados globalizados.

Em resumo: esta falsa idéia apresenta-se como um dado que é uma velha aspiração de desejos do capital financeiro.

Depois de tudo: se os estados e a política foram tão irrelevantes neste mundo globalizado, como explicar o interesse e os recursos dedicados pelas elites empresariais globalizadas ao controle político dos estados?

A GLOBALIZAÇÃO COMO CENÁRIO E COMO OPORTUNIDADE.

Abandonada à sua própria dinâmica, sobretudo à dinâmica de seus componentes econômicos e financeiros, e ao impulso dos países mais desenvolvidos, a globalização edifica um cenário sumamente desnivelado, com atores que nele ingressam de maneira desigual, e carregando sobre seus ombros desigualdades que se

arrastam desde a etapa anterior de configuração do capitalismo em escala mundial. O que usualmente se apresenta como um processo que, por mais que doloroso, fará ingressar a América Latina na "modernidade" e inclusive na "pós-modernidade" significa na verdade uma regressão às condições de trabalho e de vida do século XIX ou de princípios do atual, entre um e dois terços da população, de acordo com os países.

O informe antes citado do Banco Mundial não deixa lugar a dúvidas (Banco Mundial 1995b). Abandonada à sua própria dinâmica, a globalização conduzida pelo capital financeiro, as corporações transnacionais, os organismos financeiros multilaterais, e a ideologia neoliberal, só pode produzir mais do mesmo: quer dizer, mais empobrecimento, mais degradação ambiental, mais degradação humana. Portanto, maior tendência à violência, à insegurança, à regressão para a guerra de todos contra todos de onde, como na condição pré-política descrita por Hobbes, só existe **"o medo e o perigo da morte violenta"**.

Ao mesmo tempo, a globalização deve ser vista como definindo algumas frestas de oportunidades para um desenvolvimento mais humano e mais respeitoso do meio ambiente.

Em primeiro lugar, o processo de globalização põe em destaque a existência de um amplo conjunto de temas e problemas de projeção universal que só podem se encarados de maneira eficaz reconhecendo essa projeção, e adotando ações e estratégias também de projeção global, ou pelo menos regional. O caso do meio ambiente é exemplar. A ele podemos agregar a problemática dos direitos humanos, dos trabalhadores migrantes, do desarmamento; os direitos da infância; a violência contra as mulheres; a lavagem de dinheiro produto de atividades ilícitas; o endividamento externo e as condições rigorosas de pagamento impostas aos países devedores. Em conjunto, estes temas e problemas, e outros que sem dúvida poderiam agregar-se, desenham o que poderíamos denominar "agenda para uma cidadania global" ou, se isto todavia parece demasiado ousado, "agenda para

uma consciência global da cidadania", que convoque à ação por cima das fronteiras nacionais.

Em segundo lugar, junto ao desenvolvimento progressivo da agenda para uma cidadania global, tem lugar o crescimento de amplas redes de expressões associativas, genericamente denominadas "organizações não governamentais", que abarcam uma enorme variedade de casos: locais, nacionais, transnacionais; orientadas para temas específicos ou setoriais ou para questões globais. A eficácia destas organizações, sua autonomia efetiva com relação ao estado e às corporações, o tipo de relações que mantêm com a gente, são extremamente variadas e motivaram discussões intensas. Muitas delas provaram ser simples fachadas dos grandes atores da globalização financeira e da penetração neocolonial das grandes potências - ou, pelo menos, um *modus vivendi* dissimulado atrás da máscara da beneficência. Mas em outros casos, e é fundamentalmente neles que penso agora, essas organizações provaram ser de um valor estratégico para a introdução e a promoção de muitos dos temas de uma agenda global alternativa - direitos humanos, meio ambiente, direitos trabalhistas, direitos das minorias étnicas, a problemática da opressão de gênero das mulheres ...- incluindo a lenta mas progressiva sensibilização de algumas organizações e instituições políticas com relação a tal agenda.

Em terceiro lugar, alguns aspectos do enviesado e dos efeitos desiguais da globalização "realmente existente" ajudam, contraditoriamente, ao progressivo desenvolvimento do que, em uma ocasião anterior, denominou "globalização da idéia de justiça"(Vilas, 1994a). A desregulação dos meios de comunicação, a internet, etc, permitem o tráfico de muita sucata informativa e inclusive sua utilização com finalidades atentatórias à dignidade e à liberdade humana (por exemplo, a utilização da internet por "páginas" de pornografia infantil); mas também permitem a socialização de informações alternativa, ou de confrontação com os poderes autoritários do estado e das corporações, que já não pode ser censurado por aquele ou por estas. Nem tudo o que circula por estes canais pode considerar-se como proveni-

ente dos âmbitos mais democráticos ou progressistas da sociedade, mas parte importante do que circula é de confrontação com os interesses das forças que impulsionam a globalização financeira do capital e seus efeitos mais negativos. Em particular incrementa e acelera o acesso à informação entre os novos atores da agenda global aos quais me referi no parágrafo anterior.

A enunciação poderia estender-se mas me parece que o apontado até aqui serve para explicitar a possibilidade, e de fato a necessidade, de ver na globalização, além do conjunto de viéses e hábitos negativos já discutidos, o desafio para encontrar vias de oposição e de alternativa a tais viéses e hábitos. Certamente, os avanços no conhecimento e na gestão de uma consciência de cidadania global são todavia muito maiores que em termos de capacidade para gerar impactos nas políticas estatais e no comportamento das corporações depredadoras. Mas sem o desenvolvimento desta consciência, é impossível pensar em avançar ao terreno dos resultados concretos. E esta mesma consciência, é um extraordinário desenvolvimento concreto: possivelmente pela primeira vez na história, enormes números de seres humanos pensam em termos de humanidade, projetando nosso sentido de responsabilidade e nossos desejos de justiça até os últimos confins dessa humanidade.

Pois bem: esta cidadania global não emerge espontaneamente ou pelo desenvolvimento habitual da globalização em curso. Como toda cidadania, é o produto da resistência à opressão e à luta por algo melhor que o realmente existente. Sem uma vontade de confraternização do presente, até a idéia de futuro fica sem sentido.

Finalmente, e no que toca à ideologia da globalização financeira, creio que a exposição anterior permite chegar a algumas conclusões elementares mas úteis:

1) A etapa atual dos processos de globalização deve ser vista como um cenário para a intervenção de atores em função de seus respectivos objetivos e interesses;

2) Trata-se de um cenário desnivelado, que em sua própria configuração favorece mais a alguns atores que a outros, e que enviesa a distribuição inicial de recursos e as probabilidades de êxitos e de fracassos;

3) As experiências históricas exitosas de desenvolvimento, integração e democracia da América Latina estão ligadas a processos criativos de adaptação e negociação aos cenários definidos pelos processos de globalização e às configurações de poder em escala transnacional: nem rechaça o "censo" absoluto, nem abdica totalmente;

4) Outros fatores constantes, a qualidade da condução política e sua capacidade para construir bases internas sólidas de integração e relativa homogeneidade social favoreceram as perspectivas de êxito dessas experiências criativas;

5) Observa-se, pelo menos desde a origem da economia atlântica no século XVI, que as divisões internas dos povos e a estupidez ou a mesquinha dos dirigentes, facilitam sempre o trabalho dos agressores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFIE, Miriam. 1995. "Movimientos sociales y globalización". **Sociológica** 27 (enero-abril) 195-210.
- ARRIGHI, Giovanni. 1994. **The Long Twentieth Century. Money, Power, and the Origins of Our Times**. London: VerSO.
- BANCO MUNDIAL. 1991. **Informe sobre el desarrollo mundial: La tarea acuciante del desarrollo**. Washington D.C.: Banco Mundial.
- _____. 1993. **The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy**. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 1995a. **Les Perspectives Economiques Mondiales et les Pays en Développement**. Paris: Economica.

- _____. 1995b. **Informe sobre el desarrollo mundial. El mundo del trabajo en una economía integrada.** Washington D.C.: Banco Mundial.
- _____. 1996. **Informe sobre el desarrollo mundial. De la planificación centralizada a la economía de mercado.** Washington D.C.: Banco Mundial.
- BARRATT-BROWN, Michael. 1975. **Teoría económica del imperalismo.** Madrid: Alianza Universidad.
- BARROS DE CASTRO, A. 1996. "El Estado, la empresa y la restauración del paradigma neoclásico". **Revista de la CEPAL** 58 (abril) 51-61.
- BIENEFELD, Manfred. 1994. "Capitalism and the Nation State in the Dog Days of the Twentieth Century". En Ralph Miliband & Leo Panitch (eds.), **Between Globalism and Nationalism. The Socialist Register 1994.** London: Merlin Press: 94-129.
- BRAUDEL, Fernand. 1979. **Civilisation materielle, économie et capitalisme, XV-XVII siècle.** Paris: Armand Collin (hay traducción de Alianza Editorial).
- BROAD, Robin & Christina Melhorn Landi. 1996. "Whither the North-South Gap?". **Third World Quarterly** 17 (1) 7-17.
- CALCAGNO, Alfredo Eric. 1993. **El estado en países desarrollados. La acción pública en Alemania, Estados Unidos, Francia y Japón: Enseñanzas para América Latina.** Santiago: Cuadernos del ILPES N. 38 (documento LC/IP/G.69-P).
- CALLAGHY, Thomas R. 1993. "Vision an Politics in the Transformation of the Global Political Economy: Lessons from the Second and Third Worlds". En R. O. Slater, B.M. Schultz & A.R. Dorr (eds.), **Global Transformation and the Third World.** Boulder, Co.: Lynne Rienner: 161-257.
- CEPAL. 1949. **Estudio Económico de América Latina, 1949.** Nueva York: ONU, Departamento de Estudios Económicos.
- COX, Robert W. 1987. **Production, Power, and World Order.** New York: Columbia University Press.
- _____. 1992. "Global Perestroika". En Ralph Miliband & Leo Panitch (eds.), **New World Order? The Socialist Register 1992.** London: Merlin Pess: 26-43.

- DAHRENDORF, Ralph. 1994. "The Changing Quality of Citizenship". En Bart van Steenberg (ed.), **The Condition of Citizenship**. London: Sage: 10-19.
- DAVIS, Ralph. 1973. **The Rise of the Atlantic Economies**. Ithaca: Cornell University Press.
- DIAMOND, Larry. 1993. "The Globalization of Democracy", en Robert O. Slater et al (eds.), **Global Transformation and the Third World**. Boulder: Lynne Rienner, 31-69.
- DIAMOND, Larry y Marc F. PLATTNER (comps.). 1996. **El resurgimiento global de la democracia**. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM.
- FERRER, Aldo. 1996. **Historia de la globalización. Orígenes del orden económico mundial**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FRANK, André Gunder. 1990. "A Theoretical Introduction to 5,000 Years of World System History". **REVIEW XIII** (2) Spring: 155-248.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. 1991. (comp.), **Cultura y pospolítica. El debate sobre la modernidad en América Latina**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- GILL, Stephen. 1992. "The Emerging World Order and European Change". Em Ralph Miliband & Leo Panitch (eds.) **New World Order? The Socialist Register 1992**. London: Merlin Press: 157-196.
- GUERRA-BORGES, Alfredo (coord.). 1994. **Nuevo orden mundial: Reto para la inserción de América Latina**. México: Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM.
- GUILLEN ROMO, Arturo. 1994. "Bloques regionales y globalización de la economía". **Comercio Exterior** vol. 4 N. 5 (mayo) 379-386.
- HALLOWAY, John. 1994. "Global Capital and the National State". **Capital & Class** 52 (Spring) 23-49.
- HAMILTON, Earl J. 1948. **El florecimiento del capitalismo**. Madrid: Ediciones de la Revista de Occidente.
- HARRIS, Nigel. 1987. **The end of the Third World**. Harmondsworth: Penguin.
- HELD, David. 1991. **Modelos de democracia**. Madrid: Alianza.

- _____. 1993.(d.) **Prospects for Democracy**. Stanford: Stanford University Press.
- HERMET, Guy. 1989. **En las fronteras de la democracia**. México: Fondo de Cultura Económica.
- HERMET, Guy, Alain ROUQUIE y Juan LINZ. 1982. **¿Para qué sirven las elecciones?** México: Fondo de Cultura Económica.
- HOBSBAWM, Eric. 1975. **The Age of Capital 1848-1875**. New York: Charles Scribner's Sons.
- IANNI, Octavio. 1992. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1996a. **Teorías de la globalización**. México: CEIICH-UNAM/ Siglo XXI.
- _____. 1996b. **A era do globalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira.
- IBARRA, David. 1996. **¿Transición o crisis? Las contradicciones de la política económica y el bienestar social**. México: Aguilar.
- JOHNSON, Paul. 1993. "Colonialism's back - and Not a Moment Too Soon". **The New York Times Magazine** 18 April 1993.
- JOHNSON, Sterling. 1994. **Global Search and Seizure. The U.S. National Interest vs. International Law**. Hampshire: Dartmouth.
- LEFEVER, Ernest W. 1993. "Reigning in the U.N. Mistaking the Instrument for the Actor". **Foreign Affairs** 73 (2) Summer: 17-20.
- MORSS, Elliot R. 1991. "The New Global Players: How they Compete and Collaborate". **World Development** 19 (1) 55-64.
- PANITCH, Leo. 1994. "Globalisation and the State". En Ralph Miliband & Leo Panitch (eds.), **Between Globalism and Nationalism. The Socialist Register 1994**. London: Merlin Press: 60-93.
- PICCIOTO, Sol. 1991. "The Internationalisation of the State". **Capital & Class** 43 (Spring) 43-63.
- PNUD, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 1992. **Desarrollo Humano: Informe 1992**. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo.
- POLANYI, Karl. 1944. **The Great Transformation**. New York: Basic Books (hay traducción de Fondo de Cultura Económica).

- ROBINSON, William I. 1995. **Promoting Polyarchy. Globalization US Intervention, and Hegemony.** Cambridge: Cambridge University Press.
- SAPIR, André. 1992. "Regional Integration in Europe". **The Economic Journal** 102 (November) 1491-1505.
- SAXE-FERNANDEZ, John. 1993. "Globalización: Procesos de integración y desintegración". En J. Estay (comp.), **La reestructuración mundial y América Latina.** México: Instituto de Investigaciones Económicas-UNAM, 36-63.
- SKLAR, Leslie. 1995. "Social Movements and Global Capitalism". **Sociology** 29 (3) August: 495-512.
- SCHWARTZ, Joseph M. 1995. **The Permanence of the Political.** Princeton N.J.: Princeton University Press.
- SEE, Henri. 1926. **Orígenes del capitalismo moderno.** México: Fondo de Cultura Económica, 1937
- SINGER, Hans W. 1950. "The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries". **American Economic Review** XL (May)2:473-485.
- VILAS, Carlos M. 1994a. **América Latina en el "nuevo orden mundial".** México: CEIICH-UNAM.
- _____. 1994b. "Política y poder en el nuevo orden mundial". En A. Guerra-Borges 1994:9-83.
- _____. 1995a. "Acotando la globalización". **Etcétera** 141 (12 octubre) 19-21.
- _____. 1995b. "Después del ajuste: La política social entre el Estado y el mercado". CM. Vilas (ed.), **Estado y políticas sociales después del ajuste.** Caracas: Nueva Sociedad, 9-29.
- _____. 1996. **Violencia política, legitimidad y fragmentación social.** Documento presentado en el Foro "Violencia y políticas públicas en América Latina". Caracas: CENDES, octubre.
- _____. 1997. "Participation, inequality, and the Whereabouts of Democracy". En D. Chalmers, C.M. Vilas et al (eds.), **The New Politics of Inequality in Latin America.** Oxford: Oxford University Press:3-42.

WALLERSTEIN, Immanuel. 1974. **The Modern World System**. New York: Academic Press.

WILLIAMSON, John. 1993. "Democracy and the 'Washington Consensus'". **World Development** 21 (8) 1329-1336.